



## GT 30. Drogas, saberes e direitos

### Coordenador(es):

Beatriz Caiuby Labate (CIIS)

Frederico Policarpo de Mendonça Filho (UFF - Universidade Federal Fluminense)

### Sessão 1

**Debatedor/a:** Sandra Lucia Goulart (Faculdade Cásper Líbero)

### Sessão 2

**Debatedor/a:** Martinho Braga Batista e Silva (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT visa refletir sobre as representações e práticas acerca dos usos de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender seus efeitos sociais e políticos, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexistem em torno dessas substâncias, como a própria definição como “drogas” ou “medicamentos”. Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. O ponto de partida é problematizar o paradigma “médico-legal” em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia “efeitos farmacológicos” versus “aspectos culturais”, promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos, de modo a se pensar o tema a partir de uma perspectiva mais integrada. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre usos de substâncias, sejam elas classificadas como “drogas”, “plantas” ou “medicamentos”; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle e regulação, nos campos da justiça, saúde, religião, ciência, sociedade civil e seus entrecruzamentos; 3) pesquisas que exploram a fluidez de fronteiras entre lícito e ilícito; natural e artificial; social/terapêutico/ritual; endógeno e exógeno; tratamento/prevenção/aprimoramento; proibição/liberação/legalização.

### **Usos medicinais de maconha, ativismo e produção de conhecimento: experiências no Brasil e no Chile**

**Autoria:** Luciana C. de Campos Barbosa (UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro)

Os usos medicinais de maconha têm sido foco de debates em torno do direito à saúde e sobre políticas de drogas em toda a América Latina. Mesmo em países nos quais o cultivo da planta não foi regulamentado, como no Brasil e no Chile, seus usos têm se difundido como possibilidade de tratamento para diversas enfermidades. O presente work buscou compreender como tais usos têm sido viabilizados, quais conhecimentos o embasam e como tais conhecimentos são produzidos, uma vez que a planta é ainda proibida na maior parte do mundo. Os dados apresentados resultam da pesquisa realizada entre os anos 2017 e 2019 nas cidades do Rio de Janeiro/Brasil e Santiago/Chile, elaborada a partir da observação participante, realização de entrevistas semiestruturadas e análise documental. As conclusões apontam que o conhecimento em torno dos usos medicinais de maconha, como dosagens, tipos de plantas, técnicas de cultivo e a elaboração do óleo artesanal, tem sido produzidos principalmente por uma rede colaborativa por meio da qual circulam informações, relatos de experiências, sementes, mudas, flores e tudo o que diz respeito à maconha. Howard Becker já chamou atenção para o fato de que usuários de drogas ilícitas desenvolvem seus conhecimentos sobre as substâncias que consomem a partir de uma rede informal de comunicação por meio da qual circulam experiências e informações resultantes de suas pesquisas



individuais. A presente pesquisa acrescenta que, no caso da maconha, essa rede tem se expandido com o desenvolvimento dos usos medicinais da planta, que ampliaram a circulação das informações acerca da cannabis, não estando mais circunscrita a usuários de maconha, mas também aos familiares de usuários medicinais, que levam consigo experiências de suas carreiras como pacientes de doenças de difícil controle. Essa expansão da rede canábica pode ser simbolizada pelo encontro entre expertises de cultivadores e mães de crianças com doenças raras e difícil controle. A formalização desses atores nas associações canábicas tem fomentado não apenas o aumento dessa rede de comunicação e troca de conhecimento, como acionado instituições de pesquisa, promovendo a produção de conhecimento científico. O conhecimento colaborativo produzido por esses grupos, ao ser corroborado por médicos engajados e apoiado por advogados ativistas tem resultado no acesso a tal tratamento por meio da judicialização da saúde e na produção de conhecimento científico, por meio do acionamento de instituições de pesquisa.

[Trabalho completo](#)



## Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

### Realização:



### Apoio:



### Organização: